

COMUNICAÇÃO INTERNA

Salvador, 11 de fevereiro de 2022.

De: Diretoria de Gestão de Pessoas

Para: Superintendência

Ref.: Curso de capacitação

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Cumprimentando-o cordialmente, peticiono para adoção das providências administrativas cabíveis para que seja autorizado a participação de 08 (oito) servidores, 02 lotados neste Diretoria, 02 da Secretaria Geral e 04 da Assessoria Técnico Jurídica, abaixo listados no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios, a realizar-se no dia 31 de maio de 2022, nesta Capital, conforme programação anexa apresentada pela empresa para conhecimento e deliberações necessárias.

Esclareço que a presente capacitação abordará novos temas, polêmicos e controvertidos, de legislação previdenciária, os quais são de alta relevância para atender às demandas e tão logo às exigências legais.

Atenciosamente,



Everaldo de Souza Alves

Diretor
Diretoria de Gestão de Pessoas



COMPARTILHAR

Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios

📅 31 mai - 2022 • 08:00 > 20:30

📍 Evento presencial em Wish Hotel da Bahia, Salvador - BA

📢 Lembre-se das medidas de prevenção ao COVID-19

Ingressos	R\$ 0,00
Ingresso - Primeiro Lote (até 13/05) R\$ 300,00 (+ R\$ 30,00 taxa) em até 12x R\$ 34,13 Vendas até 13/05/2022	⊖ 0 ⊕
Ingresso - 1Lote (meia-entrada) (até 13/05) R\$ 150,00 (+ R\$ 15,00 taxa) em até 12x R\$ 17,06 Vendas até 13/05/2022	⊖ 0 ⊕
Ingresso - Segundo Lote (até 25/05) R\$ 350,00 (+ R\$ 35,00 taxa) em até 12x R\$ 39,82 Vendas até 25/05/2022	⊖ 0 ⊕
Ingresso - 2Lote (meia-entrada) (até 25/05)	

Sem conexão com a internet

em até 12x R\$ 19,91
Vendas até 25/05/2022

Ingresso - Terceiro Lote (até 31/05)
R\$ 400,00 (+ R\$ 40,00 taxa)
em até 12x R\$ 45,51
Vendas até 31/05/2022

Ingresso - 3Lote (meia-entrada) (até 31/05)
R\$ 200,00 (+ R\$ 20,00 taxa)
em até 12x R\$ 22,75
Vendas até 31/05/2022

COMPRAR INGRESSOS

Descrição do evento

Salvador reunirá, no próximo dia 31 de maio, especialistas e autoridades interessadas em refletir sobre a aplicação das últimas reformas na previdência dos agentes públicos em todas as Unidades da Federação.

O encontro analisará questionamentos judiciais, lacunas normativas, atos de regulamentação e execução realizados nos regimes próprios de previdência e na previdência complementar, com a avaliação de seus impactos nos benefícios previdenciários dos agentes e as perspectivas de ajustes adicionais nos próximos anos. Temas importantes na agenda de todos os Estados e Municípios, e de grande interesse para as diversas categorias do funcionalismo, pois previdência é relação de longo prazo, que deve ser ajustada com respeito à equidade e à segurança jurídica.

Encontro oportuno, destinado a fomentar o debate e melhorias de Estados e Municípios no aperfeiçoamento da previdência pública, matéria cuja relevância e urgência ninguém pode duvidar. Participe desse importante encontro!

SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
CREDENCIAMENTO: 08:00 - 09:00H

MESA 09:00H – MESA SOLENE DE ABERTURA

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO - Secretário de Administração do Estado da Bahia.

Sem conexão com a internet

MARCOS DA SILVA CARNEIRO - Presidente do Instituto dos Auditores Fiscais da Bahia (IAF)

ADRIANO ASSIS – Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB)

NARTIR WEBER - Presidente da Associação dos Magistrados do Estado da Bahia (AMAB)

MESA - 09:30 - 12:00 - A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS: ASSIMETRIAS E CONTRADIÇÕES

FREDERICO AMADO - Procurador Federal na Procuradoria-Geral do INSS em Brasília-DF. Professor de Direito Previdenciário e Ambiental do Especcial Jus.

JOSÉ CARLOS TORRES - Advogado. Mestrando em Direito Constitucional pela IDP-Brasília.

LUCIANO MARTINEZ – Juiz do Trabalho do TRT da 5ª. Região. Professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social da UFBA. Doutor em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela USP.

DEBATE

(INTERVALO-ALMOÇO)

MESA - 14:00-16:30 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: INSTITUIÇÃO COMPULSÓRIA, CONTROLE, ADESAO E EQUIDADE CONTRIBUTIVA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS

MARIANA MIRANDA MOREIRA – Procuradora do Estado da Bahia. Conselheira da Fundação de Previdência Complementar da Bahia (2016-2022).

PATRÍCIA GAUDENZI - Professora da Faculdade Baiana de Direito. Mestre pela PUC-SP. Professora de graduação e pós-graduação em Direito Público, Tributário e Previdência Complementar.

TIAGO MARTINS DANTAS - Secretário Municipal de Gestão da Cidade de Salvador. Procurador do Município.

DEBATE

(INTERVALO – 30M)

MESA - 17:00 -18:30 – EXTINÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS, BENEFÍCIO ESPECIAL OU RESSARCITÓRIO, TRANSIÇÃO DE REGIMES E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

PAULO MODESTO - Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público. Professor da UFBA. Promotor de Justiça. Coordenador Científico do Seminário.

IVAN KERTZMAN - Professor e Coordenador das Especializações em Direito Previdenciário da Faculdade Baiana de Direito, do CERS, IMADEC, entre outras. Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. Mestre pela UFBA.

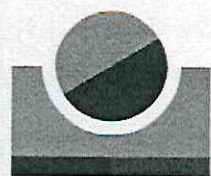
DEBATE

MESA - 18:30-20:30 - CONFERÊNCIAS DE ENCERRAMENTO

CARLOS AYRES BRITTO – Advogado. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal

CARMÉN LÚCIA ANTUNES ROCHA - Ministra do Supremo Tribunal Federal

CARTAZ RESUMO



SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

31 DE MAIO DE 2022
WISH HOTEL DA BAHIA | SALVADOR

**INSCRIÇÕES
ABERTAS!**

Coordenação Científica:
Prof. Paulo Modesto (UFBA)



Edelvino da Silva Góes Filho

Secretário de Administração do Estado da Bahia



Marcos da Silva Carneiro

Presidente do Instituto dos Auditores Fiscais da Bahia (IAF)



Adriano Assis

Presidente da Associação dos Magistrados do Estado da Bahia (AMAB)



Nartir Weber

Presidente da Associação dos Magistrados do Estado da Bahia (AMAB)



Frederico Amado

Procurador Federal na Procuradoria-Geral do INSS em Brasília-DF. Professor de Direito Previdenciário e Ambiental do Especial Jus.



Luciano Martinez

Juiz do Trabalho do TRT da 5ª Região. Professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social da UFBA. Doutor em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela USP.



José Carlos Torres

Advogado. Mestrando em Direito Constitucional pela IDP-Brasília.



Mariana Miranda Moreira

Procuradora do Estado da Bahia. Conselheira da Fundação de Previdência Complementar da Bahia (2016-2022).



Tiago Martins Dantas

Secretário Municipal de Gestão da Cidade de Salvador. Procurador do Município.



Patrícia Gaudenzi

Professora da Faculdade Baiana de Direito. Mestre pela PUC-SP. Professora de graduação e pós-graduação em Direito Público, Tributário e Previdência Complementar.



Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público. Professor da UFBA. Promotor de Justiça. Coordenador Científico do Seminário.



Ivan Kertzman

Professor e Coordenador das Especializações em Direito Previdenciário da Faculdade Baiana de Direito, do CERS, IMADEC, entre outras.



Carlos Ayres Britto

Advogado. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal.



Carmén Lúcia Antunes Rocha

Ministra do Supremo Tribunal Federal.



Mais informações:
71 9 9126-3122
contato@
previdencia
servidor.com.br

PROMOÇÃO



ORGANIZAÇÃO



APOIO



Inscrições via Sympia

www.sympia.com.br/ibdp

bit.ly/seminario-previdencia

Local

Wish Hotel da Bahia

Sem conexão com a Internet

Salvador, 02 de Setembro, 1537, Salão de Eventos, Dois de Julho



Ver no mapa

[Termos e políticas](#) [Denunciar este evento](#)

Evento Presencial

Em decorrência da pandemia da COVID-19, eventuais cancelamentos e adiamentos poderão ocorrer. Nesta caso, as regras de reembolso serão aquelas definidas pela legislação vigente, Termos de Uso da Sympla e Regras Gerais do Produtor responsável pelo evento.



Ao frequentar um evento neste período de pandemia provocado pela COVID-19, você está ciente e assume os riscos de saúde envolvidos.



A adoção dos protocolos de saúde e segurança pelo local e pelos participantes visa mitigar os riscos de exposição e contaminação pelo coronavírus.



Use máscara, mantenha o distanciamento, higienize as mãos e se informe sobre as normas de segurança vigentes na cidade do evento.

[Consulte outros protocolos vigentes](#)

Sobre o organizador



Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP

CNPJ 07866293000133, Associação privada sem fins lucrativos, de natureza cultural, ativa desde 2006-02-07.



Fale com o organizador



Mais eventos

Sem conexão com a internet

Comentários

•

Métodos de pagamento



💰 Parcele sua compra em até 12x


Compre com total segurança

Os dados sensíveis são criptografados e não serão salvos em nossos servidores.



Precisando de ajuda?

Acessa a nossa Central de Ajuda Sympla ou Fale com o organizador.

 Fale com o organizador

COMPRA PELO APP



ENCONTRE EVENTOS

CIDADES

CATEGORIAS

PARA PRODUTORES

PLANEJE SEU EVENTO

AJUDA

Ver todas opções

Sem conexão com a internet

Sympla Internet Soluções S.A. © Copyright 2022



1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto Serviço técnico singular - Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA DAS TRÊS OPÇÕES (Marcar com X):	(X)	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	()	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIV A: NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	<p>É cediço que a legislação previdenciária é complexa e exige dos servidores uma constante atualização, com a finalidade de, possibilitar que a Administração Pública tome decisões com segurança, diminuindo, assim, os riscos de irregularidades e apontamentos por parte dos órgãos de controle interno e externo.</p> <p>O seminário analisará questionamentos judiciais, lacunas normativas, atos de regulamentação e execução realizados nos regimes próprios de previdência e na previdência complementar, com a avaliação de seus impactos nos benefícios previdenciários dos agentes e as perspectivas de ajustes adicionais nos próximos anos. Abordará temas importantes na agenda de todos os Estados e Municípios, e de grande interesse para as diversas categorias do funcionalismo, pois previdência é relação de longo prazo, que deve ser ajustada com respeito à equidade e à segurança.</p> <p>Seminário fomentará o debate e melhorias de Estados e Municípios no aperfeiçoamento da previdência pública, matéria de máxima relevância e urgência, com diversas novidades acerca do tema, o que, inevitavelmente, gera a necessidade de capacitação de todos os servidores da pasta previdenciária, trazendo mais segurança jurídica para a Administração.</p> <p>Ante o exposto, é possível concluir que a capacitação dos servidores resultará em eficiência do trabalho, melhor investimento dos recursos</p>	



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

públicos, decisões mais seguras, diminuição dos riscos envolvendo a vida previdenciária dos servidores deste Ministério Público do Estado da Bahia.

1.4 JUSTIFICATIV A: DA INVIABILIDADE E DE COMPETIÇÃO

Considerando tratar-se de um seminário específico, com conteúdo programático peculiar e profissionais especializados em questões previdenciárias.

A singularidade do serviço consiste no fato de se tratar de seminário criado pela empresa a ser contratada, com peculiaridades próprias da atividade intelectual dos palestrantes. Tanto a empresa a ser contratada quanto os profissionais que proferirão as palestras gozam de notória especialização no tema das licitações e contratações públicas, inclusive com livros publicados.

1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRI S

ESCOLHER UMA
OPÇÃO*
(Marcar com
X):

() SIM

(X) NÃO

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO* (Marcar com X):

* Preencher
conforme
informado no

()

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(x)

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

()

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

documento
"Solicitação de
autorização para
Inexigibilidade".

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO O CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

() A SIM

(X) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

() Empreitada por preço unitário

(X) Empreitada por preço global

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ 03 dias (X) Úteis () Corridos.

➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

➤ 100 dias () Úteis (X) Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(X)
()

A) NÃO

(
)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até _____ dias () Úteis () Corridos



3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Modalidade presencial – Wish Hotel da Bahia, Salvador- Bahia

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
(**x**) A) NÃO () B) SIM
- Unidade responsável:
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: () e
@mpba.mp.br
- Dias para realização da entregados serviços:
- Horários para execução:
- Condições especiais adicionais:

**3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL**

**3.3 GARANTIA
DO OBJETO**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO *
(**Marcar com X**):

** Caso haja a
definição de
regras distintas
entre os itens,
individualizar a
informação.*

(**x**)

A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

()

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

- **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
() A) CONTRATADA (Regra geral)
() B) FABRICANTE (Exceção)
 - Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):
- **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
() A) 01 ANO



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

➤ **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B) _____ DIAS () Úteis () Corridos

➤ **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

() A) SIM

() B) NÃO

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

() C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

*

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 08 dias (x) Úteis
() Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, SECRETARIA GERAL E ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA.

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) NÃO SE APLICA

(x) B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas
(10) _____ DIAS (x) Úteis ()
Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.5 POSSIBILIDADE E OU NÃO DE SUBCONTRATA ÇÃO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com
X):

(x)
)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

(
)

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

- Indicar parcela(s) subcontratável(eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:



3.6
CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO
(*Marcar com X*):

(☒)

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

(☐)

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

(☐)

C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

(☐)

C) PAGAMENTO MENSAL

(☐)

D) OUTRA:

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(☐)

A) NÃO SE APLICA

(☒)

B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: Em conjunto com a nota fiscal deverão ser apresentados os certificados de conclusão de todos os inscritos.

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

3.7 POSSIBILIDADE E OU NÃO DE REAJUSTAMEN TO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER UMA
OPÇÃO *
(**Marcar com X**):

(**X**)

A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

()

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) INPC/IBGE

() B) OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

*

.

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(**X**)

(**X**) **Opção 1:** 05 meses, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

() **Opção 2:** _____ dias, contados do recebimento do



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

empenho pelo fornecedor

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() **Opção 1:** _____ meses, contados a partir de(a) -

ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

(
)

() **Opção 2:** _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER

UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X
)

A) NÃO

(
)

B) SIM. Justificativa:

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA*

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

☒ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

*

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

☒ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:



3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	(X)	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	()	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: () 5% (cinco por cento) OU () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

**Inserir tantas linhas quanto forem os itens.*

****Caso necessário, configurar a tabela para a orientação de página "PAISAGEM".***

** Para especificações detalhadas, gerar ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS.*

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1			8		
2					
...					

1.2 DETALHAMENTO – PRESTAÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção "B" do item 1.2 do TR):

** EXCLUIR, caso tenha sido definida opção diversa no item 1.2 do TR*

**Caso as definições não sejam uniformes para cada item do processo, ajustar tabela ou transformar em texto.*

Item	Indicação sucinta do serviço	Quantidade De Parcelas	Quantidade De serviços Por Parcela	Periodicidade
1				
2				
...				

RE: Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios - Inscrições

jeane dos santos silva de lima <jeane@mpba.mp.br>

Qui, 12/05/2022 17:46

Para: Previdência Servidor Evento <contato@previdenciaservidor.com.br>; CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Rita de Cassia Oliveira Moitinho <rita.moitinho@mpba.mp.br>

Ao Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios

Seguem abaixo nome e dados dos servidores que participaram no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios:

1. EVERALDO DE SOUZA ALVES, CPF: [REDACTED] everaldo@mpba.mp.br; 3103-0182.
2. RITA DE CASSIA OLIVEIRA MOITINHO; CPF: [REDACTED] rita.moitinho@mpba.mp.br; 3103-0182.
3. Maria Paula Simões Silva -CPF: [REDACTED], mpaula@mpba.mp.br, 3103-0415.
4. Eduardo Loula Novais de Paula- CPF: [REDACTED], eduardo.paula@mpba.mp.br, 3103-0415.
5. Gláucio Matos Santos Cerqueira - CPF: [REDACTED], galucio.cerqueira@mpba.mp.br, 3103-0415.
6. Ruth Caldas Borges Silva - CPF: [REDACTED] ruth.borges@mpba.mp.br, 3103-0415.
7. MILENA SANTANA LIMA - CPF: [REDACTED], milenalima@mpba.mp.br, 3103-0425.
8. DANILO SILVA DOS ANJOS- CPF: [REDACTED]; danilo.anjos@mpba.mp.br, 3103-0425.

Gentileza confirmar o recebimento.

Jeane Lima

Coord. Adm III
SGA/Diretoria de Gestão de Pessoas
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0183 | jeane@mpba.mp.br

De: Previdência Servidor Evento <contato@previdenciaservidor.com.br>

Enviado: quinta-feira, 12 de maio de 2022 15:14

Para: jeane dos santos silva de lima <jeane@mpba.mp.br>

Assunto: Fwd: Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios - Inscrições

Início da mensagem encaminhada:

De: Previdência Servidor Evento <contato@previdenciaservidor.com.br>

Data: 12 de maio de 2022 12:44:16 BRT

Para: jeane@mpba.mp.br

Assunto: Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios - Inscrições

Prezada Sra. Jeane

Bom dia. Conforme contato telefônico, inscrições para o Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios que será realizado no dia 31 de maio no Wish Hotel da Bahia, com pagamento por empenho é bem simples, a senhora encaminha a relação da documentação necessária para abrir o processo para o e-

mail contato@previdenciaservidor.com.br

O próximo passo, é enviar a nota de empenho com relação dos servidores contemplados (nome completo, e-mail, CNPJ ou CPF e telefone de contato). Após recebimento da nota de empenho, enviaremos e-mail de confirmação para cada participante.

Favor observar que os valores correspondente ao EMPENHO é a data do efetivo pagamento, identificado no site da Sympla <http://bit.ly/seminario-previdencia> conforme tabela abaixo:

Ingresso - Terceiro Lote (até 31/05)

R\$ 400,00

Ingresso - 3Lote (meia-entrada) (até 31/05)

R\$ 200,00

* Não precisa fazer inscrição na plataforma da Sympla, já que não consta modalidade EMPENHO. Faremos internamente na plataforma da Sympla, e os servidores contemplados, receberão e-mail com confirmação da inscrição.

O EMPENHO deverá ser emitido em nome do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, CNPJ: 07.866.293/0001-33, Inscrição Estadual: Isento. SICAF: 1307659 (O IBDP é uma associação sem fins lucrativos, isento do recolhimento dos Tributos Federais, Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme o Art. 31 da Lei 10.833/2003).

Em caso de dúvida, favor entrar em contato com a organização do evento, a cargo da Lato Sensus Eventos através pelo número 71. 9 9126-3122 ou 71. 99353-1733, e-mail: contato@previdenciaservidor.com.br

Agradecemos o contato e nos colocamos à disposição para o que se for necessário.

Atenciosamente,

Patricia Feitosa

Evento Reforma da Previdência nos Estados e Municípios

RE: Seminário - Reforma da Previdência nos Estados e Municípios

ibdp <contato@previdenciaservidor.com.br>

Sex, 13/05/2022 16:31

Para: jeane dos santos silva de lima <jeane@mpba.mp.br>

Cc: CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>; Rita de Cassia Oliveira Moitinho <rita.moitinho@mpba.mp.br>

Prezada Sra. Jeane,

Acuso recebimento do e-mail.

Respondendo as solicitações feitas, segue em anexo as certidões, documento do responsável legal do instituto IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Público) e orçamento.

Desde já obrigada, e fico a disposição para o que se fizer necessário.

At.te.,



**Equipe de Organização do
Seminário Reforma da Previdência
nos Estados e Municípios**

E-mail: contato@previdenciaservidor.com.br

De: jeane dos santos silva de lima <jeane@mpba.mp.br>

Enviado: 12/05/2022 15:05

Para: "contato@previdenciaservidor.com.br" <contato@previdenciaservidor.com.br>

Cc: CRH - Coordenacao De Recursos Humanos <crh@mpba.mp.br>

Assunto: Seminário - Reforma da Previdência nos Estados e Municípios

Prezados Senhores,

Visando a participação de 08 (oito) servidores, deste Ministério Público do Estado da Bahia, no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios, a realizar-se no dia 31/05/2022, nesta Capital, solicitamos abaixo documentação para que possamos montar o processo de inexistência e efetuamos o Empenho:

1. Orçamento;

2. Certidões:

Regularidade com as Fazendas Públicas do Estado da Bahia e Municipal, com a Seguridade Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Trabalhista e as demais que forem exigidas quando pessoa jurídica; Se a empresa não for da Bahia, apresentar, também, regularidade com o Estado do domicílio da empresa; Certidão conjunta negativa de débitos junto à Receita Federal, Certificado de Antecedentes Criminais e as demais que forem exigidas quando pessoa física;

3. Dados bancários.

Agradecemos a celeridade.

At.te.,

Jeane Lima

Coord. Adm III

SGA/Diretoria de Gestão de Pessoas

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0183 | jeane@mpba.mp.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG

02.300.126-71

DATA DE EXPEDIÇÃO

17-05-2018

NOME

PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO

FILIAÇÃO

GIOVALDO DE CARVALHO MODESTO

MARIA CÉLIA GARRIDO MODESTO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM

SALVADOR BA

09-09-1966

CPF

C.CAS. CM SALVADOR BA DS
VITÓRIA LV BAUX20 FL 279 RT 09804
338.010.615-15

João de Deus ASSINTELEDO (A) DIRETOR(A) *A. R.*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE CADASTRO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO
PESSOA JURÍDICA

Validade deste Alvará: 31/12/2022

RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO

NOME FANTASIA: IBDP

CGA: [REDAZIDA]

CNPJ: 07.866.293/0001-33

ENDEREÇO: Alameda Salvador, 1057, EDIF TORRE AMERICA SALA 102 - CAMINHO DAS ÁRVORES

NATUREZA JURÍDICA: 399-9 - Associação Privada

CONSTITUIÇÃO EMPRESA: Matriz

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01	26/09/2007
Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	6399-2/00	26/09/2007
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	7220-7/00	26/09/2007

TIPO DE UNIDADE: Unidade Produtiva

FORMA DE ATUAÇÃO: Em Local Fixo Fora de Loja

SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Regular

Nº TVL: 293738 **VALIDADE:** Definitivo

DATA DA INSCRIÇÃO: 28/04/2006

DATA DE IMPRESSÃO: 03/01/2022

Para o exercício da atividade, se Produtiva ou Auxiliar, observar TVL e suas restrições.

CONDICIONANTES:

CÓDIGO DE CONTROLE : C9557631B707AC4DF909F28CF32998AC

A autenticidade deste Alvará poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle acima



25/04/2022

005652717

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005652717**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 25/04/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO-IBDP, portador do CNPJ: 07.866.293/0001-33, estabelecida na ALAMEDA SALVADOR Nº1057, EDIF TORRE AMERICA SALA 102, CAMINHO DAS ARVORES, CEP: 41820-790, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 25 de abril de 2022.

PEDIDO Nº:**005652717**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.866.293/0001-33

Certidão nº: 12818679/2022

Expedição: 25/04/2022, às 17:12:48

Validade: 22/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.866.293/0001-33**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP
CNPJ: 07.866.293/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:19:13 do dia 28/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2022.

Código de controle da certidão: **D777.5183.03B1.EEFE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PMS - Prefeitura Municipal do Salvador

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de Recuperação de Crédito - CRC

PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Mobiliários com Efeito de Negativa

Inscrição Municipal: 269327/001-51

CNPJ: 07866293/0001-33

Contribuinte: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO

Endereço: Alameda Salvador, Nº 1057, CAMINHO DAS ÁRVORES

Número da Certidão: 10.339.348

Certifico que a inscrição acima está com a seguinte situação de débito, até a presente data, resalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, § 3º, da Lei 7.186/06.

Exercício	Localização	Tributo	Tipo de Documento	Documento	Situação	Total Cotas	Total Cotas a Vencer	Total Cotas Atraso	Total Cotas Residuo
2020	SEFAZ	TFF			Exigibilidade Suspensa	1	0	1	1
2021	SEFAZ	TFF			Exigibilidade Suspensa	1	0	1	1

Situação de Autos e Notificações

Tipo	Numero do DOC	Programação	Situação
------	---------------	-------------	----------

Emissão autorizada à: 12:57:08 horas do dia 26/04/2022

Válida até dia 26/05/2022

Código de controle da certidão: AA5E3EA01F7A51D23E6E5F46D3C30609

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: 20221850843

RAZÃO SOCIAL INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 096.635.942- BAIXADO	CNPJ 07.866.293/0001-33

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 25/04/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.866.293/0001-33

Razão Social: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO IBDP

Endereço: AV ANITA GARIBALDI 1815 SL 318 BL A / ONDINA / SALVADOR / BA / 40170-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/04/2022 a 11/05/2022

Certificação Número: 2022041201050691486463

Informação obtida em 25/04/2022 17:04:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Orçamento

Pagamento por EMPENHO é a data do efetivo pagamento, identificado no site da Sympla <http://bit.ly/seminario-previdencia> conforme tabela abaixo:

Ingresso - Terceiro Lote (até 31/05)
R\$ 400,00

Ingresso - Terceiro Lote (meia-entrada) até (31/05)
R\$ 200,00

Observação: Se faz necessário comprovação estudantil para o ingresso de meia-entrada, somente envio antecipadamente.

O EMPENHO deverá ser emitido em nome do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, CNPJ: 07.866.293/0001-33, Inscrição Estadual: Isento. SICAF: 1307659(O IBDP é uma associação sem fins lucrativos, isento do recolhimento dos Tributos Federais, Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme o Art. 31 da Lei 10.833/2003).

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

Unidade Solicitante:

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Objeto:

Serviço técnico singular - Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios

Finalidade / Objetivo da Contratação:

Capacitação de 08 (oito) servidores, sendo 02 (dois) da Diretoria de Gestão de Pessoas, 02 (dois) da Secretaria Geral e 04 (quatro) da Assessoria Técnico Jurídica.

Fornecedor Selecionado

1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):

Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP

1 - Endereço:

Alameda Salvador, nº 1057, Edifício Torre America, Sala 102, Caminho das Árvores

1 - CPF/CNPJ:

078662930001-33

1 - Valor (R\$):

R\$3.000,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível na Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

Nome completo:

HERMANN ALAN DE SA OLIVEIRA

Matrícula:

352.931

Suplente

Nome completo (suplente):

CARLOS AUGUSTO SMITH FREIRE FILHO

Matrícula (suplente):

353.448

Responsável pelo preenchimento:

JEANE DOS SANTOS SILVA DE LIMA



Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e III



Documento assinado eletronicamente por **Jeane dos Santos Silva de Lima** em 13/05/2022, às 17:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0361511** e o código CRC **DD06F1F3**.

 Portal do Discente	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	 <small>Superintendência de Tecnologia da Informação UFBA</small>
EMITIDO EM 12/05/2022 09:36		

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO SEMESTRAL EM COMPONENTES CURRICULARES

Período Letivo: **2022.1** (07/03/2022 à 09/07/2022) Nível: **MESTRADO**
 Matrícula: **2020111430** Vínculo: **REGULAR**
 Nome: **Danilo Silva dos Anjos**
 Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)**
 Nível: **MESTRADO ACADÊMICO**
 Área de Concentração: **Ciências Sociais**
 Orientador: **RAFAEL DE AGUIAR ARANTES**

TURMAS MATRICULADAS: 1

ATIVIDADES MATRICULADAS: 1

Cód.	Componentes Curriculares/Docentes	Turma	Status	Horário
FCH790/20151	PESQUISA ORIENTADA Forma de Participação: ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL	--	MATRICULADO	--
FCHH67/20151	TES-SOCIOLOGIA URBANA RAFAEL DE AGUIAR ARANTES Tipo: DISCIPLINA Local: FFCH	01	MATRICULADO	6M3456 (07/03/2022 - 09/07/2022)

TABELA DE HORÁRIOS:

Horários	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
08:50 - 09:45	---	---	---	---	---	FCHH67/20151	---
09:45 - 10:40	---	---	---	---	---	FCHH67/20151	---
10:40 - 11:35	---	---	---	---	---	FCHH67/20151	---
11:35 - 12:30	---	---	---	---	---	FCHH67/20151	---

ATENÇÃO

A inscrição em componentes curriculares poderá ser cancelada a qualquer tempo, se não atender às exigências contidas no Regulamento de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, disponíveis integralmente no portal UFBA, no endereço <https://www.ufba.br/legislacao>.

Perícia Médica: Em atendimento ao Artigo 6º do Regulamento de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação (Artigo 6º - O candidato admitido à matrícula será encaminhado ao Serviço Médico da Universidade para submeter-se a exames obrigatórios) vigente, compareça ao Serviço Médico da UFBA à Rua Padre Feijó nº 240 - Canela 4º Pavimento do Ambulatório Magalhães Neto, que funciona diariamente das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 horas, no Setor de Enfermagem, para realizar a avaliação de saúde. É necessário levar os exames de laboratório e carteira de vacinação. Mais esclarecimentos através dos telefones 3283-8709, 3283-8713, 3283-8715, 3283-8743 ou 3283-8744.

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.ufba.br/sigaa/documentos/>
informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação **4718a049de**

SIGAA | STI/SUPAC - - | Copyright © 2006-2022 - UFBA



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À

Superintendência,

Encaminhe-se o presente para conhecimento e deliberações.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 13/05/2022, às 17:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0361522** e o código CRC **DD1C635D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Autorizo a participação de **08 (oito) servidores**, sendo 02 (dois) lotados na Diretoria de Gestão de Pessoas, 02 (dois) na Secretaria-Geral e 04 (quatro) na Assessoria Técnico Jurídica, no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, no dia **31 de maio de 2022**, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Gestão de Pessoas para informar a disponibilidade orçamentária, com posterior envio à Assessoria Técnico Jurídica para exame e parecer.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 17/05/2022, às 09:12, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0361870** e o código CRC **2765E41A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Redireciono o presente para a Diretoria Administrativa para atendimento ao despacho nº 0361870 da Superintendência.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 17/05/2022, às 16:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0363748** e o código CRC **BAE3D60C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária para informações do saldo orçamentário.



Documento assinado eletronicamente por **Eunice Gonçalves Leão dos Santos** em 17/05/2022, às 17:31, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0363862** e o código CRC **366410ED**.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Código da Unidade Orçamentária:

40101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

3.160.737,86

Natureza da Despesa:

33.90.39.00

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

07/2022 - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 18/05/2022, às 08:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0363976** e o código CRC **E1CD2F12**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Segue informações orçamentárias, conforme consulta ao FIPLAN/PLAN60, para autorização da despesa conforme documento 0361511:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado / 0100 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Saldo de dotação:

Saldo disponível: R\$ 3.160.737,86



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 18/05/2022, às 08:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0363977** e o código CRC **2E4D2346**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa,

Tendo em vista a conformidade do processo e a existência de saldo orçamentário, encaminhe-se o presente expediente para análise e parecer jurídico acerca da contratação, para participação de **08 (oito) servidores**, sendo 02 (dois) lotados na Diretoria de Gestão de Pessoas, 02 (dois) na Secretaria-Geral e 04 (quatro) na Assessoria Técnico Jurídica, no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, que acontecerá no dia **31 de maio de 2022**, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 18/05/2022, às 14:24, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0364236** e o código CRC **CD5A8ED0**.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.866.293/0001-33

Razão Social: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO IBDP

Endereço: R DOUTOR JOSE PEROBA 275 SALA 610 / STIEP / SALVADOR / BA
/ 41770-235

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/05/2022 a 30/05/2022

Certificação Número: 2022050100440865962514

Informação obtida em 18/05/2022 18:01:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.00869.0011048/2022-24

INTERESSADA: DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. INSCRIÇÃO EM CURSOS E CONGRESSOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 60, INCISO II E § 2º, C/C ART. 23, INCISO VI, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELO DEFERIMENTO.

PARECER Nº. 354/2022

Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, em favor do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), visando à inscrição de 08 (oito) servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, no *Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios*, a ser realizado nesta Capital, no dia 31 de maio de 2022.

As despesas correrão por conta da Atividade 2000, Elemento 33.90.39, cujo saldo orçamentário total disponível é de **R\$ 3.160.737,86 (três milhões cento e sessenta mil setecentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos)**.

Instruem o pedido: termo de referência, justificativa para a contratação, proposta comercial, programação do evento, relação de participantes e documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica a ser contratada, além de outros documentos relativos à avença.

Acerca da necessidade da contratação, manifesta-se a unidade responsável, *in verbis*:

“(…) É cediço que a legislação previdenciária é complexa e exige dos servidores uma constante atualização, com a finalidade de, possibilitar que a Administração Pública tome decisões com segurança, diminuindo, assim, os riscos de irregularidades e apontamentos por parte dos órgãos de controle interno e externo.

O seminário analisará questionamentos judiciais, lacunas normativas, atos de regulamentação e execução realizados nos regimes próprios de previdência e na previdência complementar, com a avaliação de seus impactos nos benefícios previdenciários dos agentes e as perspectivas de ajustes adicionais nos próximos anos. Abordará temas importantes na agenda de todos os Estados e Municípios, e de grande interesse para as diversas categorias do funcionalismo, pois previdência é relação de longo prazo, que deve ser ajustada com respeito à equidade e à segurança.

Seminário fomentará o debate e melhorias de Estados e Municípios no aperfeiçoamento da previdência pública, matéria de máxima relevância e urgência, com diversas novidades acerca do tema, o que, inevitavelmente, gera a necessidade de capacitação de todos os servidores da pasta previdenciária, trazendo mais segurança jurídica para a Administração.

Ante o exposto, é possível concluir que a capacitação dos servidores resultará em eficiência do trabalho, melhor investimento dos recursos públicos, decisões mais seguras, diminuição dos riscos envolvendo a vida previdenciária dos servidores deste Ministério Público do Estado da Bahia. (...)”

O art. 60, II, e § 2º, da Lei Estadual nº 9.433/2005, dispõe:

Art. 60 – É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 2º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O art. 23, VI, da mesma Lei, complementa:

Art. 23 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles que, na forma da legislação específica de exercício profissional, requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

No que concerne à hipótese de *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União assim estabelece:

As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação. Acórdão 1915/2003-Plenário | Relator: ADYLSO N MOTA

As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993. Acórdão 1247/2008-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER

Acerca das contratações de serviços técnicos, de natureza singular, manifesta-se a abalizada doutrina:

“No universo dos serviços, aqueles referidos no art. 13 se diferenciam porque seu desempenho envolve conhecimentos específicos e peculiares, que exigem não apenas a profissionalidade, mas também uma especialização. Isso não significa que contratação direta possa ser realizada simplesmente em face de sua caracterização, eis que o art. 25, inc. II, exige natureza singular. (...) Ou seja, a ‘natureza singular’ deve ser entendida como uma característica especial de algumas contratações de serviços técnicos profissionais especializados. Enfim e para concluir essa questão, singular é a natureza do serviço, não o número de pessoas capacitadas a executá-lo. (...) A fórmula ‘natureza singular’ destina-se a evitar a generalização da contratação direta para todos os casos enquadráveis no art. 13. É imperioso verificar se a atividade necessária à satisfação do interesse sob tutela estatal é complexa ou simples, se pode ser reputada como atuação padrão e comum ou não. A natureza singular caracteriza-se como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional ‘especializado’. (...)

Podem existir situações de habilidade técnica, como se passa com o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Cada espécie de atividade referida no art. 13 pode envolver situações-padrão e casos anômalos. Apenas esses últimos comportam contratação direta, tal como determinado no art. 25, inc. II.”¹

Vislumbra-se no caso a presença dos pressupostos da inexigibilidade de licitação elencados pela lei: *a necessidade de um serviço técnico profissional especializado, de natureza singular e prestado por empresa de notório gabarito*. Trata-se de orientação diferenciada, em relação ao convencional ou rotineiro de mercado, não baseada em métodos padronizados de ensino.

Ante a impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos de comparação entre diferentes metodologias e programas de treinamento, dá-se a inviabilidade de competição requerida pela Lei.

Em relação à notória especialidade da empresa, verifica-se que o Instituto Brasileiro de Direito Público constitui entidade não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública e finalidade cultural, que contribui com a promoção de encontros e eventos científicos na área de Direito Público, com reconhecimento nacional na referida temática, o que demonstra o atendimento desse requisito.

Outrossim, resta evidenciado o notório saber jurídico dos facilitadores, dentre os quais podemos citar: **Carlos Ayres Brito** (Advogado e Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal), **Cármem Lúcia Antunes Rocha** (Ministra do Supremo Tribunal Federal) e **Luciano Martinez** (Juiz do Trabalho do TRT da 5ª Região, Professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social da UFBA e Doutor em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela USP).

Vale destacar, ainda, que, na presente hipótese, trata-se de curso aberto, cujo valor é aplicado uniformemente a todos aqueles que desejem participar do curso, razão pela qual resta justificado o preço.

Verificando que a hipótese atende aos requisitos legais sobre o tema, **esta Assessoria Jurídica é favorável à contratação por inexigibilidade de licitação pleiteada.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 18 de maio de 2022.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula 351.869

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 12. ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 350.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 19/05/2022, às 14:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Matos Santos Cerqueira** em 19/05/2022, às 15:39, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0365044** e o código CRC **62297EB7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 354/2022 e autorizo a Inexigibilidade de Licitação, em favor do **Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP**, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para inscrição de 08 (oito) servidores deste Ministério Público do Estado da Bahia, no *Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios*, a ser realizado nesta Capital, no dia 31 de maio de 2022.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 23/05/2022, às 17:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0366167** e o código CRC **C9180CC9**.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**GABINETE****PORTARIA Nº 171/2022**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00855.0007623/2022-29, RESOLVE prorrogar, por mais 30 (trinta) dias úteis, a partir do dia 26/05/2022, o prazo da Comissão de Sindicância, constituída através da Portaria nº 118/2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 08/04/2022.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 23 de maio de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 173/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o expediente protocolizado sob nº 19.09.00855.0007637/2022-30, resolve retificar a Portaria nº 125/2022, de 13 de abril de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 19 de abril de 2022, em razão da conversão do processo de restrito em sigiloso, cuja numeração passa a ser 19.09.00855.0009517/2022-95.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 24 de maio de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 054/2022 - SGA. Processo SEI: 19.09.01512.0011166/2022-31 - Dispensa nº 056/2022 – DADM. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa José Neto de Souza Santos, CNPJ nº 30.720.559/0001-57. Objeto: prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Lapão/BA. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01 de junho de 2022 e a terminar em 31 de maio de 2023.

PORTARIA Nº 162/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01512.0011166/2022-31, RESOLVE designar servidores Gilberto Mendes Monzyne, matrícula 352.090 e Weder Rodrigues da Silva, matrícula 352.103, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 054/2022 - SGA, relativo aos serviços de mensageiro motorizado da Promotoria de Justiça de Lapão/BA.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 23 de maio de 2022

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA – Nº 003/2022-SGA. Parecer jurídico: 356/2022. Processo: 19.09.02335.0008457/2022-58. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Romas Engenharia E Consultoria Eireli, CNPJ nº 24.051.496/0001-90. Objeto contratual: obra para construção da sede da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis. Objeto do Aditivo: a alteração da cláusula segunda, item 2.2 do Contrato e a alteração da Planilha Orçamentária do Contrato nº 003/2022-SGA, com alteração do quantitativo previsto para 13 (treze) itens e inclusão de 06 (seis) novos itens, aumentando o valor total do contrato de R\$4.061.203,37 (quatro milhões, sessenta e um mil, duzentos e três reais e trinta e sete centavos) para R\$ 4.078.344,68 (quatro milhões, setenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos o que representa um acréscimo percentual de 0,42% do valor global original do contrato.) Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0048 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (P/A/OE) 5092 - Natureza de Despesa 44.90.51.

AVISODEAUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 007/2022-DADM. Processo SEI: 19.09.00869.0011048/2022-24. Parecer Jurídico: 354/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, CNPJ nº 07.866.293/0001-33. Objeto: Inscrição de 08 (oito) servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios, a ser realizado nesta Capital, no dia 31 de maio de 2022. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: artigo 60, II, §2º, c/c artigo 23, VI, todos da Lei Estadual nº 9.433/2005.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa, acompanhado do extrato da publicação do resumo da autorização para Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022-DADM no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.104, do dia 25/05/2022.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 25/05/2022, às 09:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0369704** e o código CRC **9212E4C7**.



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.22.0000152-9
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Inexigibilidade - art. 60	Objeto: INSCRIÇÃO DE 08 (OITO) SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, SENDO 02 (DOIS) DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, 02 (DOIS) DA SECRETARIA GERAL E 04 (QUATRO) DA ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA, NO SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022-DADM E SEI Nº 19.09.00869.0011048/2022-24
Data do Cadastro: 25/05/2022	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO	E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030118
Valor da SRD (R\$) *** 3.000,00	TRÊS MIL REAIS *** ** *** **	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	3.000,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	-7.464.709,53	3.000,00	-7.467.709,53



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.22.0000130-3	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Ordem de Execução de Serviço		Número da LID: 40101.0003.22.0000134-6		Modalidade Licitação: Inexigibilidade - art. 60	
Objeto: INSCRIÇÃO DE 08 (OITO) SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, SENDO 02 (DOIS) DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, 02 (DOIS) DA SECRETARIA GERAL E 04 (QUATRO) DA ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA, NO SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022-DADM E SEI Nº 19.09.00869.0011048/2022-24					
Data Celebração: 23/05/2022		Data Publicação no DOE: 25/05/2022		Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio:	
Data Início: 25/05/2022		Data Término: 31/12/2022		Nº SRD: 40101.0003.22.0000152-9	
Situação: Ativo					
Nome da Unidade Administrativa (UA): dadm					
Responsável pela UA: MARIA AMALIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR				Telefone do Responsável pela UA: 7131030118	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 3.000,00				TRÊS MIL REAIS *** ** *** **	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	3.000,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2013174882		
Nome:	INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO-IBDP		
CPF/ CNPJ:	07.866.293/0001-33	Insc. Estadual:	0
Responsável no Credor:	INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO-IBDP	E-mail Responsável:	

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	GERAL	3.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	31/12/2022	3.000,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN – Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Inexigibilidade de Licitação, ressaltando que já foi feito por essa Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa o lançamento do Instrumento no **FIPLAN** para empenho futuro.

Jessica Siqueira Souza

Unidade de Execução Orçamentária

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 25/05/2022, às 11:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0369926** e o código CRC **EFF5869C**.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000877

Data e Hora de Emissão:
14/06/2022 14:48:31

Código de Verificação:
PAAJ-JJEI

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

07.966.293/0001-33

Nome/Razão Social:

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP

Endereço:

Rua Doutor José Peróba 276 - SALA 610 - STIEP - Salvador - CEP: 41770-235 - BA

E-mail:

latosensu@latosensu.com.br

Inscrição Municipal:

269.327/001-51



TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CPF/CNPJ:

04.142.491/0001-66

Endereço:

5º Centro Administrativo da Bahia 750 CENTRO ADMINISTRATIVO - Salvador - CEP: 41745-004/BA

E-mail:

dir.financas@mpba.mp.br

Inscrição Municipal:

179.631/001-71

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

INSCRIÇÕES DOS SERVIDORES NO I SIMPÓSIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022-DADM E SEM Nº 19.09.00869.0011048/2022-24.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP É UMA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, ISENTA DE IMPOSTOS FEDERAIS.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$3.000,00

CNAE:

7220700 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas

Item da Lista de Serviços:

00201 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	3.000,00	5,00%	150,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.850,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.
- Esta Nota Salvador não gera crédito.
- O ISS desta Nota Salvador será RETIDO pelo Tomador de Serviço que deverá recolher através da Guia de Nota Salvador
- COMPETÊNCIA: 06/2022 (mês/ano)
- Código de Tributação do Município: 0201-0/01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- Esta Nota Salvador está enquadrada na Regra de Responsabilidade Tributária - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP
CNPJ: 07.866.293/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:19:13 do dia 28/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2022.

Código de controle da certidão: **D777.5183.03B1.EEFE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Ficha Cadastral Resumida

Pessoa Jurídica

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA: INSCRIÇÃO MUNICIPAL (CGA): 269.327/001-51
SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Regular

Razão Social: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO

Nome Fantasia: IBDP Inscrição Estadual:

CNPJ: 07.866.293/0001-33

ENDEREÇO DA PESSOA JURÍDICA

Logradouro: Alameda Salvador Número: 1057
Edifício: Bairro: CAMINHO DAS ÁRVORE
Complemento: EDIF TORRE AMERICA SALA 102 CEP: 41.820.790
Telefone: 7133413035 Fax: 7133413035
Correio Eletrônico:
Referência: PROXIMO AO SALVADOR SHOPPING

TERMO DE VIABILIDADE DE LOCALIZAÇÃO

Nº DO TVL: 293738 Validade: Definitivo

DADOS DE CONSTITUIÇÃO

Tipo de Constituição: Matriz Tipo de unidade: Unidade Produtiva
Forma de Atuação: Em Local Fixo Fora de Loja
Natureza Jurídica: 399-9 - Associação Privada
Data Inscrição na Prefeitura: 28/04/2006

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01	26/09/2007
Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	6399-2/00	26/09/2007
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	7220-7/00	26/09/2007

OBSERVAÇÕES



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20221013311**

RAZÃO SOCIAL	
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
096.635.942-BAIXADO	07.866.293/0001-33

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 28/02/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.866.293/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/02/2006
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IBDP		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R DOUTOR JOSE PEROBA	NÚMERO 275	COMPLEMENTO SALA 610
CEP 41.770-235	BAIRRO/DISTRITO STIEP	MUNICÍPIO SALVADOR
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO GERENCIA@VERCONTAS.COM.BR	TELEFONE (71) 3341-3035	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/02/2006
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/05/2022** às **12:33:40** (data e hora de Brasília).

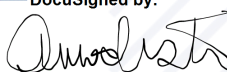
Página: **1/1**



Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos para os devidos fins que a empresa/entidade INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO, pessoa jurídica de fins culturais e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 07.866.293/0001-33, com sede à Rua Rua Doutor Jose Peroba, 275, Sala 610, Stiep, Salvador, Bahia, Cep 41.770-235, tendo como seu representante legal o Sr. Paulo Eduardo Garrido Modesto, prestou o serviço de promoção de pesquisas, elaboração de textos, planejamento e execução de eventos jurídicos, e fornecido como produto livros, congressos, feiras e exposições, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra a mesma nenhum registro que a desabone.

Salvador, 16 de maio de 2022.

DocuSigned by:

A66F99162DE24A1...

MONIKA MARIA MODESTO – CPF [REDACTED]
Representante da LATO SENSU EVENTOS
CNPJ 36.264926/001-31



DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO- IBDP, promotor exclusivo do *Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios* (Salvador, 31/05/2022, Wish Hotel da Bahia, Salvador - BA), inscrita no CNPJ sob o nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. Paulo Eduardo Garrido Modesto, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED], **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que **não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também não emprega menor de dezesseis anos.**

A entidade não possui quadro de pessoal empregado, reunindo exclusivamente professores, como entidade associativa sem fins lucrativos, cuja finalidade exclusiva é a difusão do direito público, missão que desempenha há 16 anos, sempre contratando de forma eventual empresas para tarefas executivas e operacionais e sem a colaboração de menores empregados.

Salvador, 23 de maio de 2022

Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público



DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP, entidade inscrita no CNPJ sob o nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. **Paulo Eduardo Garrido Modesto**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED], **DECLARA QUE É PROMOTOR EXCLUSIVO DO SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS** (Salvador, 31/05/2022, Wish Hotel da Bahia, Salvador - BA), pois o evento foi concebido e planejado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO, em atividade desde 07/02/2006 (há 16 anos, 2 meses e 17 dias), já realizou mais de três dezenas de eventos jurídicos nacionais, contando com **notória especialização** na promoção de eventos jurídicos, cuja divulgação realiza pelo site direitodoestado.com.br (mantido pelo instituto) e nas redes sociais (entre as quais a conta @direito, do Twitter, com quase 90.000 seguidores). A Prefeitura de Salvador, em particular a Procuradoria Jurídica de Salvador, já participou de dezenas de eventos promovidos pelo IBDP.

Salvador, 23 de maio de 2022

Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP
CNPJ: 07.866.293/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:19:13 do dia 28/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2022.

Código de controle da certidão: **D777.5183.03B1.EEFE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.866.293/0001-33

Certidão nº: 12818679/2022

Expedição: 25/04/2022, às 17:12:48

Validade: 22/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.866.293/0001-33**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTATUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO-IBDP

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objetivos e Prazo

Art. 1º O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO – IBDP é uma associação civil de fins não econômicos, com personalidade jurídica própria, sede na Capital do Estado da Bahia, na Av. Anita Garibaldi, 1815, CME, Ondina, sala 318-Bloco A, Bahia, Brasil, CEP 40170-130, constituída por tempo indeterminado, destinada a realizar as finalidades culturais estabelecidas no presente Estatuto.

§1º O IBDP não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, revertendo os recursos institucionais integralmente na consecução do seu objetivo social.

§2º O IBDP poderá instalar representações em qualquer parte do território nacional, desde que regidas pelas disposições deste Estatuto.

Art. 2º O IBDP tem por finalidade

I – promover a difusão e o debate interdisciplinar sobre questões relacionadas ao direito público e ao funcionamento e organização do Estado, com ênfase na defesa da cidadania e do Estado Democrático de Direito;

II - aglutinar a pesquisa e o conhecimento de especialistas sobre temas de direito público, em especial de direito constitucional, administrativo, processual, penal e tributário;

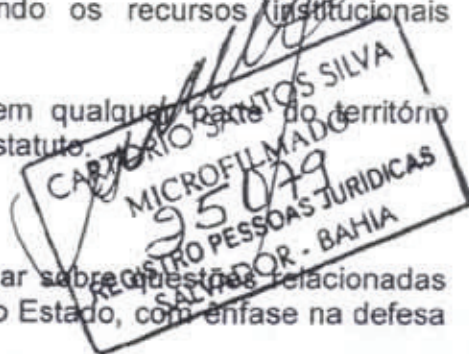
III - promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito a temas relativos ao direito público e ao aperfeiçoamento do Estado;

IV - contribuir para a modernização das instituições nacionais, o aperfeiçoamento da ordem jurídica, a boa aplicação das leis disciplinadoras do Poder Público, promovendo a cultura jurídica e administrativa, a cidadania, os direitos humanos e os valores da democracia;

V - contribuir para a realização de programas de cooperação acadêmica sobre temas referentes ao direito público;

VI – realizar e apoiar o desenvolvimento de projetos, eventos, atividades de aperfeiçoamento ou desenvolvimento institucional relacionados à área de direito público;

VII – produzir sugestões, pareceres, teses, propostas de lei, comunicações, visando facilitar a concretização dos princípios do direito público;



Several handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature that appears to be 'J. Silva' and others that are less legible.

VIII – divulgar e promover artigos, trabalhos, eventos e pesquisas relativas a suas finalidades culturais.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 3º Para a consecução dos seus fins, o IBDP poderá:

I - realizar reuniões, palestras, seminários, simpósios e congressos acadêmicos, assim como formar grupos de estudo sobre os temas relacionados a suas finalidades;

II - promover pesquisas sobre assuntos determinados;

III - publicar livros e periódicos;

IV - relacionar-se com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

V - colaborar com o Poder Público, através de representações, indicações, requerimentos, sugestões, apresentação de anteprojetos de leis e regulamentos, e crítica à legislação vigente, ou em elaboração, e às práticas jurídico-administrativas;

VI - manter biblioteca especializada;

VII - conceder prêmios a estudantes e a profissionais que se distingam no campo do direito público;

VIII – editar livros, boletins e publicações físicas ou eletrônicas referentes a temas afetos a suas finalidades;

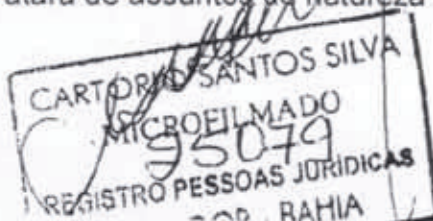
IX – estimular projetos de memória jurídica na área do direito público, como depoimentos de professores, estudos de história oral ou documental, com vistas à preservação do patrimônio e da história do direito público brasileiro;

X - propor ações judiciais, como a ação civil pública e o mandado de segurança coletivo, para a defesa dos interesses de seus associados e dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos relacionados às finalidades indicadas neste Estatuto.

Art. 4º. No desenvolvimento de suas atividades, em especial no relacionamento com entidades públicas, o IBDP observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 5º O IBDP disciplinará seu funcionamento por meio de ordens normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e ordens executivas, emitidas pela Diretoria.

Art. 6º O IBDP não tratará de assuntos de natureza religiosa ou partidária.



CAPÍTULO II Dos Associados

Art. 7º Os membros do IBDP são em número ilimitado e podem ser efetivos, beneméritos, correspondentes, honorários ou consultivos.

§1º São membros ou associados efetivos os signatários da relação anexa a estes estatutos, que são os seus fundadores, bem como aqueles posteriormente aceitos, por deliberação da Assembléia, desde que possuem notórios conhecimentos em direito público, demonstrem aptidão para atividades de pesquisa e ensino mediante apresentação de trabalho escrito e sustentação oral, e aceitem contribuir para o desenvolvimento das atividades do IBDP, consoante regulamento específico.

§2º São membros beneméritos os que prestarem serviços de alta relevância ao IBDP, assim reconhecidos pela maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§3º São membros correspondentes os que, possuindo conhecimentos jurídicos, sejam admitidos como colaboradores do IBDP, por deliberação da diretoria.

§4º São membros honorários as personalidades de excepcional merecimento, consoante decisão da maioria absoluta dos membros efetivos do IBDP.

§5º São membros consultivos os professores de direito público, de excepcional merecimento, convidados por decisão da diretoria para compor o quadro de consultores técnicos e científicos do IBDP, consoante decisão por maioria simples dos membros efetivos do IBDP.

Parágrafo único. Os associados de mesma categoria possuem direitos iguais, sem distinção de qualquer natureza.

Art. 8º Compete à Diretoria regulamentar a admissão dos sócios, inclusive a defesa do trabalho escrito perante a assembléia, que deliberará, em caso de recurso.

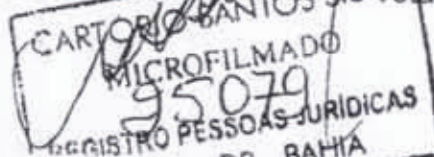
Art. 9º Qualquer associado pode retirar-se da associação independentemente do consentimento dos demais, mediante simples comunicação, por escrito, à Diretoria.

Art. 10 A qualidade de associado é intransmissível, ressalvada a hipótese de o associado ser titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, quando então a transferência daquela importará na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro. (art. 56 do Código Civil de 2002).

Art. 11 Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, por dívidas, encargos ou ônus que o IBDP vier a contrair ou assumir perante terceiros, ainda que vinculados aos seus fins estatutários.

Art. 12 Os associados efetivos e correspondentes obrigam-se ao pagamento de contribuições que lhe sejam fixadas pela Diretoria.

Parágrafo único. Os associados efetivos em atraso com as contribuições gerais fixadas pela Diretoria são impedidos de exercer o direito de votar e serem votados na Assembléia Geral.



17

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Institucionais

Art. 13 São órgãos do IBDP a Assembléia Geral, o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal e a Diretoria.

Parágrafo único. O IBDP não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Consultivo e Fiscal.

Primeira Seção

Da Assembléia Geral

Art. 14 A Assembléia Geral é o órgão de deliberação máxima do IBDP, podendo ser ordinária ou extraordinária, dela participando, com direito à voz e voto, os associados efetivos.

Art. 15 A Assembléia Geral é presidida pelo Presidente do IBDP.

Art. 16 A Assembléia Geral deve ser convocada pelo Presidente do IBDP, com pelo menos sete dias de antecedência, através de carta dirigida aos associados efetivos, pelo correio ou por meio eletrônico, neste caso mediante instrumento que permita a confirmação do recebimento.

Art. 17 A Assembléia Geral ordinária, sempre no mês de novembro, tem por finalidade:

I - eleger e destituir os membros da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal;

II - debater e aprovar as contas da Diretoria;

III - alterar o estatuto social;

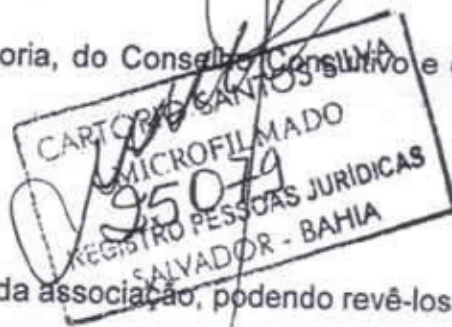
IV - avaliar os objetivos, projetos e atividades da associação, podendo revê-los e modificá-los;

V - decidir os recursos impetrados contra a admissão ou a recusa na admissão de novos associados;

VI - decidir recurso contra decisão do Conselho Consultivo e Conselho Fiscal;

VII - deliberar sobre a extinção da entidade.

Art. 18 A Assembléia Geral Extraordinária pode ser convocada a qualquer tempo, sempre que necessário, pelo Presidente do IBDP, a pedido da Diretoria ou por iniciativa de 1/5 (um quinto) dos associados efetivos, com a finalidade de apreciar assunto específico constante de sua pauta, inclusive para a apresentação e sustentação oral de trabalho escrito oferecido por interessado em ingressar na associação cultural como membro efetivo.



§1º. A Assembléia será instalada em primeira convocação com a maioria dos associados efetivos e, em segunda convocação, com qualquer número, deliberando pela maioria dos associados efetivos presentes.

§ 2º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e III do art. 17 será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 3º A exclusão de associação pela Assembléia só é admissível havendo justa causa, assegurada a ampla defesa, e será votada com quorum de maioria simples dos presentes, observadas as seguintes exigências:

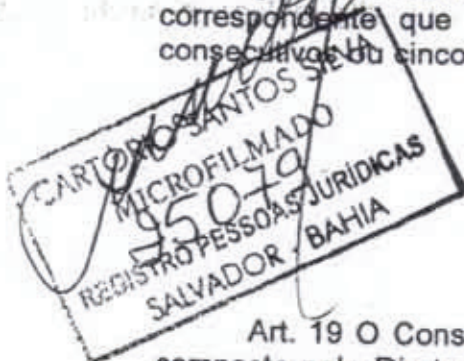
I – oferecimento de denúncia escrita, por qualquer associado, dirigida ao Presidente do IBDP;

II – abertura de prazo de defesa, por quinze dias, para resposta à denúncia escrita;

III – convocação especial de Assembléia Extraordinária para oitiva de interessados, formação da prova e julgamento do pedido de exclusão, admitido recurso da exclusão no prazo de cinco dias.

§ 4º Será automaticamente excluído do quadro associativo o membro efetivo que deixar de comparecer a cinco reuniões consecutivas ou a sete reuniões interpoladas convocadas pelo Instituto, no prazo de um ano, sem que, em dez dias, ofereça justificativa adequada para a ausência.

§ 5º Será automaticamente excluído do quadro associativo o membro efetivo ou correspondente que deixar de recolher a contribuição associativa por três anos consecutivos ou cinco interpolados.



Segunda Seção
Do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal

Art. 19 O Conselho Consultivo é o órgão colegial de assessoramento do IBDP, composto pelo Diretor Científico, que o preside, por três membros efetivos e por três membros consultivos do Instituto, escolhidos pela Assembléia Geral, após a instalação efetiva do IBDP.

Art. 20. Compete ao Conselho Consultivo:

I - disciplinar a admissão de novos associados ao IBDP;

II - decidir os recursos impetrados contra a admissão ou a recusa na admissão de novos associados;

III - auxiliar a Diretoria na elaboração da programação anual da entidade;

IV - auxiliar a Diretoria na elaboração dos projetos referentes a eventos e publicações da entidade.

Art. 21 O Conselho Fiscal é o órgão colegial de fiscalização do IBDP, composto pelo Diretor Executivo, que o preside, e por dois membros efetivos, escolhidos pela Assembléia Geral, após a instalação efetiva do IBDP.

Art. 22. Compete ao Conselho Fiscal:

I - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Assembléia Geral;

II - auxiliar a Diretoria na elaboração do plano de aplicações da entidade.

Art. 23 Os membros eleitos do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal têm mandato de quatro anos, sendo admitida reeleição.

Art. 24 O Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal deliberarão por maioria de votos e reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por ano, ou a qualquer tempo por convocação dos respectivos presidentes.

Terceira Seção Da Diretoria

Art. 25 A diretoria é o órgão de representação e de gestão do IBDP, composta por:

I - Presidente;

II - Diretor Executivo;

III - Diretor Científico;

IV - Diretor de Publicações.



§1º. O Presidente, os Diretores e os Conselheiros do IBDP não perceberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem ao IBDP.

§2º. Os Conselheiros eleitos não exercerão funções de direção no IBDP, salvo se não houver outro membro efetivo que aceite assumi-las.

Art. 26 A Diretoria será eleita em Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, sendo admitida reeleição.

Art. 27 Compete à Diretoria:

I - administrar e representar o IBDP, praticando todos os atos necessários à consecução de seus fins estatutários;

II - regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;

III - escolher os símbolos designativos do IBDP;

IV - nomear comissões e acompanhar-lhes o trabalho, oferecendo-lhes as respectivas conclusões;

V - contratar e demitir empregados ou celebrar contratos de prestação de serviço;

VI - reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

VII - coordenar e remunerar professores, tendo em vista a promoção de cursos, seminários e palestras.

Art. 28 - A Diretoria deliberará com a presença de no mínimo três membros e por maioria de votos.

Art. 29 Compete ao Presidente:

I - representar ativa e passivamente a entidade, em juízo ou fora dele, podendo delegar funções administrativas ao Diretor Executivo, ao Diretor Científico ou ao Diretor de Publicações;

II - assinar convênios e contratos;

III - adquirir ou alienar bens do ativo da associação, prestando contas à Assembléia, neste último caso, em trinta dias dos recursos apurados;

III - abrir e movimentar diretamente contas bancárias ou delegar a sua movimentação, com ou sem reserva, a outro membro da Diretoria;

IV - prestar contas anualmente à Assembléia Geral Ordinária;

V - presidir as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria;

Art. 30 Compete ao Diretor Executivo:

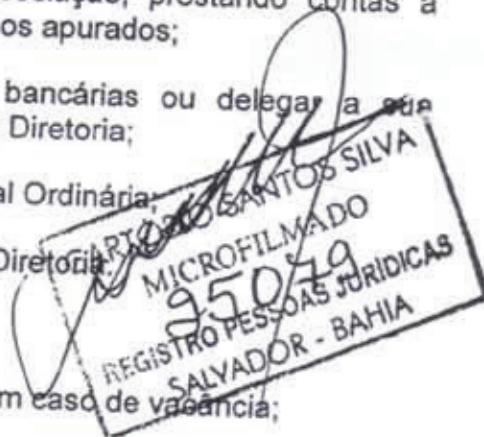
I - substituir o Presidente em suas ausências, ou em caso de vacância;

II - coordenar a execução das atividades didáticas, científicas e pedagógicas do IBDP;

III - exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Art. 31 Compete ao Diretor Científico:

I - substituir o Presidente em suas ausências, ou em caso de vacância, quando não o possa fazer o Diretor Executivo;



II - coordenar o planejamento das atividades didáticas, científicas e pedagógicas do IBDP;

III - coordenar o processo de seleção ou admissão de novos associados;

IV - preparar e submeter à Diretoria os projetos especiais de pesquisa e estudos a serem desenvolvidos pelos membros do IBDP.

Art. 32 Compete ao Diretor de Publicações:

I - substituir o Presidente em suas ausências, ou em caso de vacância, quando não o possa fazer o Diretor Científico;

II - coordenar o planejamento das atividades de divulgação e as publicações do IBDP;

III - preparar e submeter à Diretoria os projetos especiais de livros e coletâneas a serem desenvolvidos pelos membros do IBDP.

CAPÍTULO IV Do Patrimônio

Art. 33 O patrimônio do IBDP será constituído:

I - pelas verbas que vier a receber de entidades públicas ou privadas, através de convênios, doações, financiamentos ou a quaisquer outros títulos;

II - pelos bens e equipamentos que vier a receber, na forma do inciso anterior;

III - pelos bens e equipamentos necessários à consecução dos seus fins estatutários, que vier a adquirir;

IV - pelas contribuições dos seus associados, quando fixadas;

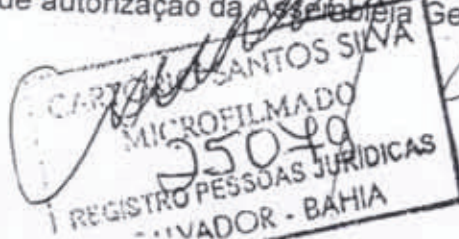
V - pela cessão de bens de seus associados, quando vinculados ao desempenho das funções estatutárias;

VI - por cotas ideais de contribuição de seus fundadores, quando indispensáveis ao início das atividades da associação;

VII - pela renda líquida produzida pelas atividades que desenvolver.

§1º O patrimônio do IBDP deve ser destinado integralmente à realização dos seus fins estatutários.

§2º A aceitação de doações com encargos e a venda ou oneração de bens imóveis dependerão de autorização da Assembleia Geral.



CAPÍTULO V Da Prestação de Contas

Art. 34 A prestação de contas do IBDP observará no mínimo:

I- os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II- a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III- a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria ou Convênio, conforme previsto em regulamento;

IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI Da Extinção, Liquidação e Desqualificação

Art. 35 A associação poderá ser extinta, a qualquer tempo, por deliberação de dois terços de seus associados efetivos, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 36 Em caso de extinção da associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no art. 56 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, será destinado a entidade municipal, estadual ou federal, de mesma condição ou qualificação, preferencialmente com idêntico objeto social, após serem quitadas todas as obrigações da entidade e restituídos os bens móveis cedidos por seus fundadores ou por entidades privadas e públicas vinculados ao efetivo desempenho de suas funções.

Art. 37 Na hipótese do IBDP ser qualificado como organização da sociedade civil de interesse público, a perda desta qualificação importará em que o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, seja transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.



CAPÍTULO VI Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38 O exercício social e financeiro do IBDP coincidem com o ano civil.


Art. 39 O presente estatuto somente poderá ser alterado por deliberação de dois terços dos associados efetivos, reunidos em Assembléia Geral.

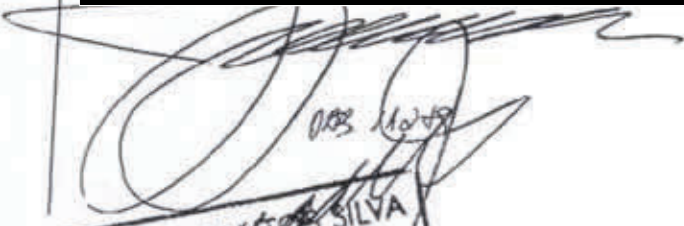
Art. 40 Os casos omissos serão resolvidas pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

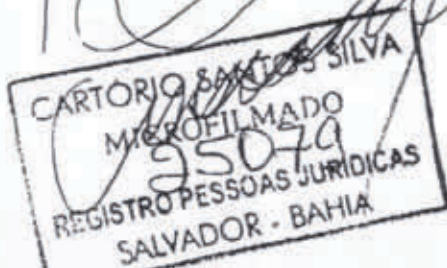
Art. 41 O presente Estatuto entra em vigor na data de sua inscrição no registro competente.

Salvador, 20 de janeiro de 2006.

Primeira Diretoria e Membros Fundadores:

Presidente:	PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO
R. G.	[REDACTED]
C.P. F.	[REDACTED]
Endereço	[REDACTED]
Assinatura	

Diretor-Executivo	FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO
R. G.	[REDACTED] OAB 11279
C.P. F.	[REDACTED]
Endereço	[REDACTED]
Assinatura	



15

Diretor Científico:	JOSÉ JOAQUIM CALMON DE PASSOS
R. G.	[REDACTED] OAB-BA 1031
C.P. F.	[REDACTED]
Endereço	[REDACTED]
Assinatura	<i>José Joaquim Calmon de Passos</i>

Diretor de Publicações	PATRÍCIA ANDRADE FALCÃO
R. G.	[REDACTED] OAB 10931
C.P. F.	[REDACTED]
Endereço	[REDACTED]
Assinatura	<i>Patrícia Andrade Falcão</i>

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Cons. Dantas, 22/24 - Ed. Bradesco - 7º Andar
Apresentado hoje, protocolado e registrado
em microfilme sob nº 95079
O QUE CERTIFICO
SALVADOR, 07 de Fevereiro de 2006

Maria Luiza dos Santos Silva Abbehusen - Oficial
Andrea Lima Ferraz Silveira - Sub Oficial
Suely Cristina Costa Cernadas - Sub. Of. Designada
Maria José Santos - Sub. Of. Desig.

PODER JUDICIÁRIO
INST PEDRO RIBEIRO DE ADM. JUDIC - IPRA
Valor da Taxa R\$ 42,67
07.02.06 Data
Assinatura do Responsável

Francisco Beryno Bezerra de Carvalho
FRANCISCO BERYNO BEZERRA
DE CARVALHO

Diretor de Publicações	PATRÍCIA ANDRADE FALCÃO	
R. G.	[REDACTED]	OAB 10931
C.P. F.	[REDACTED]	
Endereço	[REDACTED]	
Assinatura	<i>Patrícia Andrade Falcão</i>	

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
11/3/15



25/04/2022

005652717

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005652717**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 25/04/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO-IBDP, portador do CNPJ: 07.866.293/0001-33, estabelecida na ALAMEDA SALVADOR Nº1057, EDIF TORRE AMERICA SALA 102, CAMINHO DAS ARVORES, CEP: 41820-790, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 25 de abril de 2022.

PEDIDO Nº:**005652717**



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: 20221850843

RAZÃO SOCIAL INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 096.635.942- BAIXADO	CNPJ 07.866.293/0001-33

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 25/04/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE CADASTRO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO
PESSOA JURÍDICA

Validade deste Alvará: 31/12/2022

RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP

NOME FANTASIA: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP

CGA: [REDAZIDA] **CNPJ:** 07.866.293/0001-33

ENDEREÇO: Rua Doutor José Peroba, 275, SALA 610 - STIEP

NATUREZA JURÍDICA: 399-9 - Associação Privada

CONSTITUIÇÃO EMPRESA: Matriz

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01	26/09/2007
Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	6399-2/00	26/09/2007
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	7220-7/00	26/09/2007

TIPO DE UNIDADE: Unidade Produtiva

FORMA DE ATUAÇÃO: Em Local Fixo Fora de Loja

SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Regular

Nº TVL: 2043575 **VALIDADE:** Definitivo

DATA DA INSCRIÇÃO: 28/04/2006

DATA DE IMPRESSÃO: 25/05/2022

Para o exercício da atividade, se Produtiva ou Auxiliar, observar TVL e suas restrições.

CONDICIONANTES:

O TVL não autoriza o funcionamento do estabelecimento. O TVL não atesta as condições de conformidade referentes à

CÓDIGO DE CONTROLE : BF27566AEAB3F0C5644CE295C1BC152E

A autenticidade deste Alvará poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle acima

**Consulta Básica ao Cadastro do ICMS da Bahia****Dados da empresa****Identificação****CNPJ:** 07.866.293/0001-33**Inscrição Estadual:** 096.635.942 NO**Razão Social:** INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP**Nome Fantasia:** IBDP**Natureza Jurídica:** ASSOCIACAO PRIVADA**Unidade de Atendimento:** SGF/DIRAT/GERAP/CORAP METRO**Unidade de Fiscalização:** INFAZ ATACADO**Endereço****Logradouro:** RUA DOUTOR JOSE PEROBA**Número:** 275**Complemento:** SALA 610**Bairro/Distrito:** STIEP**CEP:** 41770-235**Município:** SALVADOR**UF:** BA**Telefone:** (71) 33413035**E-mail:** GERENCIA@VERCONTAS.COM.BR**Referência:** PROXIMO EDF ATLANTA**Localização:** ZONA URBANA**Informações Complementares****Data de Inclusão do Contribuinte:** 19/07/2011**Atividade Econômica Principal:**

8230001 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

Atividade Econômica Secundária

6399200 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente

7220700 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas

Unidade: UNIDADE PRODUTIVA**Forma de Atuação**

- EM LOCAL FIXO FORA DA LOJA

Condição: NORMAL**Forma de pagamento:** C/CORRENTE FISCAL**Situação Cadastral Vigente:** BAIXADO**Data desta Situação Cadastral:** 31/10/2011**Endereço de Correspondência****Endereço:** RUA DOUTOR JOSE PEROBA**Complemento:****Referência:****Número:** 275**Bairro:** STIEP**CEP:** 41770235**Município:** SALVADOR**UF:** BA**Informações do Contador****Classificação CRC:** Profissional**CRC:** 10473 -BA**Tipo CRC:** Originario**Nome:** VERA LUCIA RODRIGUES CARVALHO SILVA**Responsável pela organização contábil****Classificação CRC:** Profissional**CRC:****Tipo CRC:** Originario**Nome:****Endereço****Endereço:** RUA DOUTOR JOSE PEROBA 610**Número:** 275**Bairro:** STIEP**Município:** SALVADOR**UF:** BA**Referencia:****CEP:** 41770235**Telefone:** (71) 33413035**Celular:** ()**Fax:** ()**E-mail:** diretoria@vercontas.com.br

Nota: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco

Data da Consulta: 25/05/2022

[+ VOLTAR](#) [+ TOPO DA PÁGINA](#) [+ PÁGINA INICIAL](#) 



DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP, entidade inscrita no CNPJ nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. Paulo Eduardo Garrido Modesto, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED] DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433 de 1º de Março de 2005, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos e não emprega menor em condição de aprendiz

Data 25/05/2022

Prof. Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público

Representante Legal



DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP, entidade inscrita no CNPJ nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. Paulo Eduardo Garrido Modesto, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED] DECLARA, para efeito de Registro Cadastral, vir a informar qualquer fato superveniente impeditivo de licitar ou contratar com a Administração Pública que venha a ocorrer no período de validade do Certificado de Registro Cadastral, comprometendo-me ainda a manter atualizada a Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, inclusive Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Salvador, 25/05/2022

Prof. Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público
Representante Legal



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP, entidade inscrita no CNPJ nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. Paulo Eduardo Garrido Modesto, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], Órgão expedidor [REDACTED], e do C.P.F nº [REDACTED] DECLARA, para efeito de Registro Cadastral, que não pode ser enquadrada como microempresa ou como empresa de pequeno porte por constituir associação sem fins lucrativos de finalidades culturais, portanto de caráter não econômico.

Sem embargo disso, apresentamos à Receita Federal anualmente a Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; conservamos em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem das receitas e a efetivação das despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar a situação patrimonial; assumimos o compromisso de informar imediatamente ao Cadastro Unificado de Fornecedores - CAF da Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB qualquer alteração na natureza da entidade que venha ocorrer no período de validade do cadastro emitido pelo CAF. Estamos cientes de que a prestação de informações inverídicas nos sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Esta Declaração está vinculada à validade do Balanço Patrimonial do exercício não eximindo a responsabilidade da entidade em informar, através de Declaração, alterações que tenha ocorrido em sua natureza e porte. Não é optante do Simples nacional.

Salvador, 25/05/2022

Prof. Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público

Representante Legal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados os associados do **INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO – IBDP**, participarem da Assembleia Geral que se realizará no dia 12.03.2022, a Rua José Peroba, 275 – sala 610- Stiep – Salvador/BA - CEP 41.770-235, em 1ª (primeira) chamada às 14:00 horas, em 2ª (segunda) chamada, às 18:00 horas, para deliberar quanto á **APROVAÇÃO DA SEGUINTE PAUTA:**

1- Eleição e posse quadriênio 2022/2026.

Salvador, 23 de fevereiro de 2022.



PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO
PRESIDENTE



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO – IBDP

CNPJ: 07.866.293/0001-33

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL, PARA ELEIÇÃO E POSSE, DA DIRETORIA, DO CONSELHO CONSULTIVO, FISCAL INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO – IBDP

Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte dois na sede do INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO – IBDP, CNPJ 07.866.293/0001-33, localizada na Rua José Peroba, 275 – sala 610- Stiep – Salvador/BA - CEP 41.770-235 reuniu-se os sócios efetivos, adiante qualificados: Paulo Eduardo Garrido Modesto, RG nº [REDACTED], inscrito no CPF nº [REDACTED]; Francisco Bertino Bezerra de Carvalho, RG [REDACTED], CPF [REDACTED] Michelle Fontenelle Bezerra Guedes Berenguer, RG nº [REDACTED], CPF [REDACTED] Morgana Bellazi de Oliveira Carvalho, RG nº [REDACTED], CPF [REDACTED] Marcos Sampaio de Souza, RG [REDACTED], CPF nº [REDACTED], Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas, tendo como objetivo:

1- Eleição e posse quadriênio 2022/2026.

Instalada a assembleia, deu-se inicio a eleição e posse, a Assembleia aprova a reeleição e continuação da composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, para mandato em curso até 12.03.2026, como segue abaixo:

MEMBROS DA DIRETORIA

Paulo Eduardo Garrido Modesto – Presidente

Francisco Bertino Bezerra de Carvalho – Diretor Executivo

Morgana Bellazi de Oliveira Carvalho – Diretor Cientifico

Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas – Diretor de Publicações



MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO

Morgana Bellazi de Oliveira Carvalho - Presidente

Jose Barroso Filho - Efetivo

Marcos Sampaio de Souza - Efetivo

Michelle Fontenelle Bezerra Guedes Berenguer – Efetivo



MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Francisco Bertino Bezerra de Carvalho – Presidente

Marcos Sampaio de Souza - Efetivo

Michelle Fontenelle Bezerra Guedes Berenguer – Efetivo

Após assinatura dos presentes á Assembleia presidida pelo Sr. Paulo Eduardo Garrido Modesto, eu vera Lucia Rodrigues Carvalho Silva, secretaria do **INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO – IBDP** encaminharei esta ata em duas vias para registro no respectivo cartório do 2º registro civil das pessoas jurídicas.

Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião e dela foi lavrada a presente ata em que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo presidente.



PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO
PRESIDENTE



VERA LUCIA RODRIGUES CARVALHO SILVA
SECRETARIA - diretoria@vercontas.com.br



FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO

DIRETOR E ADVOGADO- OAB/BA nº. 11.279



QUALIFICAÇÃO DOS REELEITOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO – IBDP, conforme Assembleia de 12.03.2022.

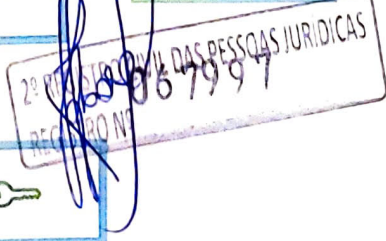
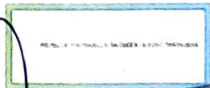
MEMBROS DA DIRETORIA

PRESIDENTE – PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

DIRETOR EXECUTIVO – FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CAEVALHO, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] - [REDACTED]
[REDACTED]

DIRETOR CIENTIFICO – MORGANA BELLAZI DE OLIVEIRA CARVALHO, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES – MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] - [REDACTED]
[REDACTED]



MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO

MORGANA BELLAZI DE OLIVEIRA CARVALHO, presidente,

[REDACTED]

JOSE BARROSO FILHO,

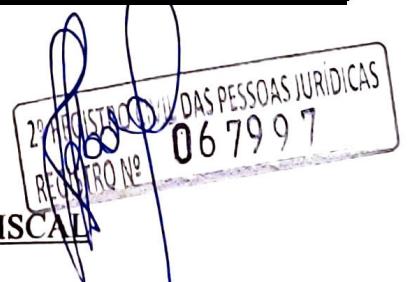
[REDACTED]

MICHELLE FONTENELLE BEZERRA GUEDES BERENGUER,

[REDACTED]

MARCOS SAMPAIO DE SOUZA,

[REDACTED]



MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE – FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CAEVALHO,

[REDACTED]



**EFETIVO - MICHELLE FONTENELLE BEZERRA GUEDES
BERENGUER,** [REDACTED]

EFETIVO - MARCOS SAMPAIO DE SOUZA, [REDACTED]

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 067997



2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 067997

**RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PRESENTES A ASSEMBLEIA DO
INSTITUTO BRASILEIRO DO DIREITO PUBLICO – IBDP
REALIZADA EM 12.03.2022.**

1. PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO
2. FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO
3. MORGANA BELLAZI DE OLIVEIRA CARVALHO
4. MARCOS SAMPAIO DE SOUZA
5. MICHELLE FONTENELLE BEZERRA GUEDES BERENGUER
6. MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS



**PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO
PRESIDENTE**



**VERA LUCIA RODRIGUES CARVALHO SILVA
SECRETARIA - diretoria@vercontas.com.br**

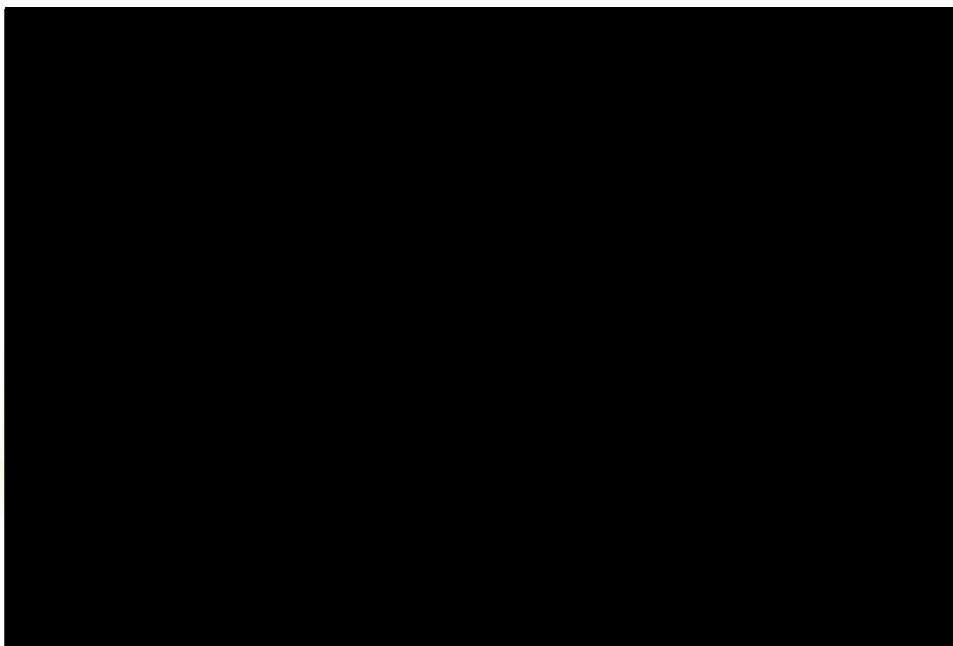


**FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO
OAB/BA nº. 11.279**

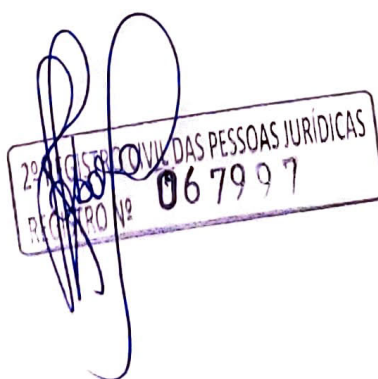




Signatário **MICHELLE FONTENELLE BEZERRA GUEDES BERENGUER**
(michelle.fontenelle@gmail.com) registrou o documento abaixo no momento da assinatura:
D4Sign 87e57c47-0aa6-40da-8458-1795162c90c4



michelle.fontenelle@gmail.com
06/09/2024











INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO -REGISTRO - RECONDUCAO DIRETORIA pdf

Código do documento 87e57c47-0aa6-40da-8458-1795162c90c4



Assinaturas

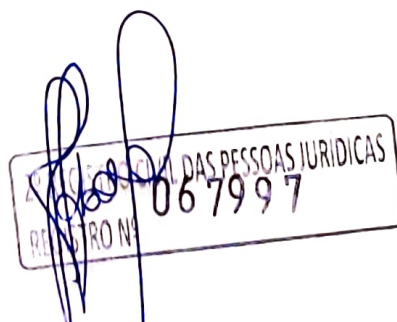
-  PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO:33801061515
Certificado Digital
professor@paulomodesto.com.br
Assinou
-  VERCONTAS VERIFICACOES CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLE:00190713000165
Certificado Digital
diretoria@vercontas.com.br
Assinou
-  FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO
Certificado Digital
fbc@eabl.com.br
Assinou
-  MORGANA BELLAZZI DE OLIVEIRA CARVALHO
Certificado Digital
morganabe@hotmail.com
Assinou
-  MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS:77832086572
Certificado Digital
Mcalmondantas@gmail.com
Assinou
-  MARCOS SAMPAIO DE SOUZA
Certificado Digital
marcos.sampaio@mstsadvogados.com.br
Assinou
-  MICHELLE FONTENELLE BEZERRA GUEDES BERENGUER
michelle.fontenelle@gmail.com
Assinou e apresentou documento com foto
-  MARCOS SAMPAIO DE SOUZA
Certificado Digital
marcos.sampaio@mstsadvogados.com.br
Assinou

RECEBUE FOLHA 1 DE 10

Eventos do documento

20 May 2022, 10:40:39

Documento 87e57c47-0aa6-40da-8458-1795162c90c4 **criado** por PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO
(c2ea7da1-d568-41d3-8d31-b2d77efba5d5). Email: professor@paulomodesto.com.br. - DATE_ATOM:
2022-05-20T10:40:39-03:00



20 May 2022, 11:11:58

Assinaturas **iniciadas** por PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO (c2ea7da1-d568-41d3-8d31-b2d77efba5d5).
Email: professor@paulomodesto.com.br. - DATE_ATOM: 2022-05-20T11:11:58-03:00

20 May 2022, 11:13:34

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO:33801061515
Assinou Email: professor@paulomodesto.com.br. IP: 177.99.76.239 (177.99.76.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 64340). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO:33801061515. - DATE_ATOM: 2022-05-20T11:13:34-03:00

20 May 2022, 12:19:53

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MORGANA BELLAZZI DE OLIVEIRA CARVALHO **Assinou**
Email: morganabe@hotmail.com. IP: 187.107.11.148 (bb6b0b94.virtua.com.br porta: 24892). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=MORGANA BELLAZZI DE OLIVEIRA CARVALHO. - DATE_ATOM: 2022-05-20T12:19:53-03:00

20 May 2022, 14:46:09

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - VERCONTAS VERIFICACOES CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLE:00190713000165 **Assinou** Email: diretoria@vercontas.com.br. IP: 189.115.146.58 (189.115.146.58.static.host.gvt.net.br porta: 35236). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Instituto Fenacon RFB G3,OU=A3,CN=VERCONTAS VERIFICACOES CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLE:00190713000165. - DATE_ATOM: 2022-05-20T14:46:09-03:00

20 May 2022, 15:18:16

PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO (c2ea7da1-d568-41d3-8d31-b2d77efba5d5). Email: professor@paulomodesto.com.br. **ADICIONOU** o signatário **marcos.sampaio@mstsadvogados.com.br** - DATE_ATOM: 2022-05-20T15:18:16-03:00

20 May 2022, 15:19:04

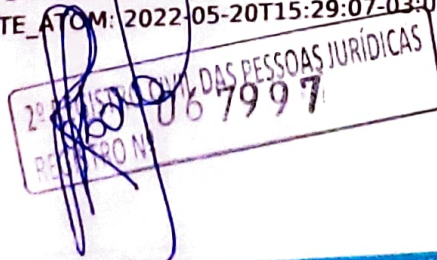
PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO (c2ea7da1-d568-41d3-8d31-b2d77efba5d5). Email: professor@paulomodesto.com.br. **ALTEROU** o signatário **marcos.sampaio@advogado.ba** para **marcos.sampaio@mstsadvogados.com.br** - DATE_ATOM: 2022-05-20T15:19:04-03:00

20 May 2022, 15:28:31

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARCOS SAMPAIO DE SOUZA **Assinou** Email: marcos.sampaio@mstsadvogados.com.br. IP: 177.50.223.115 (115.223.50.177.isp.timbrasil.com.br porta: 1390). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=MARCOS SAMPAIO DE SOUZA. - DATE_ATOM: 2022-05-20T15:28:31-03:00

20 May 2022, 15:29:07

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARCOS SAMPAIO DE SOUZA **Assinou** Email: marcos.sampaio@mstsadvogados.com.br. IP: 177.50.223.115 (115.223.50.177.isp.timbrasil.com.br porta: 1762). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=MARCOS SAMPAIO DE SOUZA. - DATE_ATOM: 2022-05-20T15:29:07-03:00



20 May 2022, 15:42:28

MICHELLE FONTENELLE BEZERRA GUEDES BERENGUER **Assinou** - Email: michelle.fontenelle@gmail.com - IP: 168.228.243.29 (168.228.243.29 porta: 12736) - Documento de identificação informado: 012.519.135-98 - DATE_ATOM: 2022-05-20T15:42:28-03:00

20 May 2022, 20:20:21

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO **Assinou** Email: fbc@eabl.com.br. IP: 187.107.11.148 (bb6b0b94.virtua.com.br porta: 52670). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO. - DATE_ATOM: 2022-05-20T20:20:21-03:00

21 May 2022, 09:04:14

PAULO EDUARDO GARRIDO MODESTO (c2ea7da1-d568-41d3-8d31-b2d77efba5d5). Email: professor@paulomodesto.com.br. **ALTEROU** o signatário **mcaldondantas@uol.com.br** para **Mcalmondantas@gmail.com** - DATE_ATOM: 2022-05-21T09:04:14-03:00

21 May 2022, 09:25:36

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS:77832086572 **Assinou** Email: Mcalmondantas@gmail.com. IP: 187.58.12.98 (187.58.12.98.static.host.gvt.net.br porta: 64628). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS:77832086572. - DATE_ATOM: 2022-05-21T09:25:36-03:00

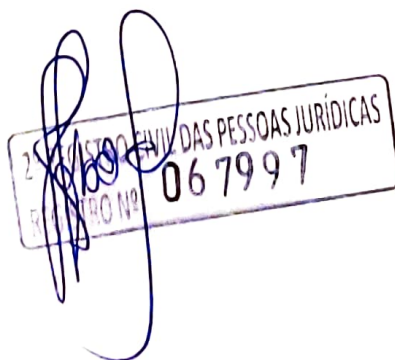
Hash do documento original

(SHA256):164be29432ccd66603e0b87dfe3a8cea5a6203c72162eb55601e68f448fef50

(SHA512):e3fc713d4e01810ff862018011ad621c70beec39e97feb8327bdec60eb0c19aed8fd6933b3211d3fa42a6692cb76454795aeca10eab2cfbe7cd63ae90a9837fc

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign





MARIA LUIZA DOS SANTOS SILVA ABBEHUSEN

Oficial

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de Salvador

CERTIFICO e dou fé que o presente documento materializado e registrado sob nº 067997 nesta Serventia é reprodução fiel do original eletrônico apresentado pela Parte, e que todas as assinaturas eletrônicas constantes do instrumento foram devidamente conferidas e validadas, através do Assinador Digital adotado pelas partes, conforme relatório que integra o documento.

Salvador, 25 / 05 / 2022

MARIA LUIZA DOS SANTOS SILVA ABBEHUSEN - Oficial Titular

JAMILE JOBARD SILVA - 1ª Substituta

SUELY CRISTINA MARQUES DA COSTA - 2ª Substituta





DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP, entidade inscrita no CNPJ nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. Paulo Eduardo Garrido Modesto, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedidor [REDACTED], e do C.P.F nº [REDACTED] DECLARA, para efeito de Registro Cadastral, e para fins de esclarecimentos sobre os benefícios concedidos pela Lei Estadual 11.619/09 e Lei Complementar 123/06 declaramos que não estamos enquadrados, na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte desde sempre, por constituirmos entidade sem fins lucrativos, de natureza cultural, e portanto fins não econômicos.

Assumo o compromisso de informar ao Cadastro Unificado de Fornecedores - CAF da Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, qualquer alteração no Porte ou natureza da entidade que venha ocorrer no período de validade do Certificado emitido pelo CAF. Estamos cientes de que a prestação de informações inverídicas nos sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Esta Declaração está vinculada à validade do Balanço Patrimonial do exercício não eximindo a responsabilidade da entidade em informar, através de Declaração, alterações que tenha ocorrido em sua natureza e porte. Não é a entidade optante do Simples nacional.

Salvador, 25/05/2022

Prof. Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público
Representante Legal



PMS - Prefeitura Municipal do Salvador

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de Recuperação de Crédito - CRC

PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Mobiliários com Efeito de Negativa

Inscrição Municipal: 269327/001-51

CNPJ: 07866293/0001-33

Contribuinte: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO - IBDP

Endereço: Rua Doutor José Peroba, Nº 275 , STIEP

Número da Certidão: 10.689.981

Certifico que a inscrição acima está com a seguinte situação de débito, até a presente data, resalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, § 3º, da Lei 7.186/06.

Exercício	Localização	Tributo	Tipo de Documento	Documento	Situação	Total Cotas	Total Cotas a Vencer	Total Cotas Atraso	Total Cotas Residuo
2020	SEFAZ	TFF			Exigibilidade Suspensa	1	0	1	1
2021	SEFAZ	TFF			Exigibilidade Suspensa	1	0	1	1

Situação de Autos e Notificações

Tipo **Numero do DOC** **Programação** **Situação**

Emissão autorizada à: 14:28:57 horas do dia 20/06/2022

Válida até dia 20/07/2022

Código de controle da certidão: 1CA054C0B8DBE11E6A70DF42F5477051

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.866.293/0001-33

Razão Social: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO IBDP

Endereço: R DOUTOR JOSE PEROBA 275 SALA 610 / STIEP / SALVADOR / BA /
41770-235

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/06/2022 a 07/07/2022

Certificação Número: 2022060817234882660108

Informação obtida em 21/06/2022 09:02:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMÓVEL PRÓPRIO

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO - IBDP, entidade inscrita no CNPJ nº 07.866.293/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Prof. Paulo Eduardo Garrido Modesto, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED], DECLARA, para todos os fins, que o IBDP não possui a propriedade de imóveis em seu nome, na cidade de Salvador ou em qualquer outra.

Data 22/06/2022

Prof. Paulo Modesto

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público

Representante Legal



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À

DADM -Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa

Retorno o presente expediente com a juntada dos documentos 0388773 e 0392865 para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Oliveira Moitinho** em 28/06/2022, às 15:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0393401** e o código CRC **CDB11381**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Informamos que os documentos foram anexados no processo de pagamento SEI nº 19.09.02350.0011977/2022-86:

- * Nota Fiscal;
- * Atesto que o serviço foi prestado;
- * Certidões de regularidades fiscais atualizadas.

Sem mais, archive-se.

Jessica Siqueira Souza

Unidade de Execução Orçamentária

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 28/06/2022, às 15:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0393416** e o código CRC **7657832E**.



APT		Apostila/Ajuste de Saldo de Contratos e Documentos Assemelhados		40101.0003.22.0000253-1	
Nº do Instrumento (INT): 40101.0003.22.0000130-3		Data da Apostila/Ajuste de Saldo: 05/07/2022		Valor da Apostila/Ajuste de Saldo: [] Adição [] Redução [X] Remanejamento	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo Instrumento: Ordem de Execução de Serviço		Nome do Credor: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PUBLICO-IBDP		CPF/CNPJ do Credor: 07.866.293/0001-33	
Início da Vigência: 25/05/2022		Fim da Vigência: 31/12/2022		Valor Inicial do Instrumento: R\$ 3.000,00	
Saldo Disponível: 3.000,00		Retenção da Lei Anticalote?: Não		Valor Atual do Instrumento: R\$ 3.000,00	
Integração SIMPAS: Não				Situação: Incluído	
Justificativa: AJUSTES NO PAOE					

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Valor da Dotação:	Saldo Disponível:	Tipo de Gasto:	Acréscimo:	Redução:	Valor Atualizado:
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	3.000,00	3.000,00	GERAL		3.000,00	0,00
2022	40101.0003.03.122.324.1109.9900.33903900.0100000000.1	0,00	0,00	GERAL	3.000,00		3.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1				
Data Vencimento:	Saldo Disponível:	Acréscimo:	Redução:	Valor Atualizado:
31/12/2022	3.000,00		3.000,00	0,00
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.324.1109.9900.33903900.0100000000.1				
Data Vencimento:	Saldo Disponível:	Acréscimo:	Redução:	Valor Atualizado:
31/12/2022	0,00	3.000,00		3.000,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Apostilamento para ajustes no PAOE.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 05/07/2022, às 17:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0400225** e o código CRC **DC6797BE**.